

Educação



Pinto da Luz (D) diz que sem pesquisa não pode haver ensino

Reitor critica proposta que prejudica o 3º grau

“Se a proposta da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes for incluída na Constituição vai ser um desastre, não só para a Universidade, como para toda a educação no país”. A advertência é do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), professor Rodolfo Pinto da Luz, para quem o texto aprovado “concede uma falsa prioridade ao ensino fundamental”.

Ao garantir 50% dos recursos públicos destinados à educação ao ensino básico, explica o reitor, a subcomissão não levou em conta que, sem um ensino de 3º grau eficiente, estruturado e equipado, não pode haver ensino de 1º ou 2º graus. “A educação” — explica o presidente do Conselho de Reitores — “tem que ser tratada como um todo, como um sistema interligado e interdependente. Não há nenhuma dúvida a respeito da importância do ensino fundamental. Ninguém nega seu caráter prioritário, mas sem professores, sem pesquisa, sem Universidade, não pode haver ensino”.

Recursos

Segundo Rodolfo Pinto da Luz, embora a ampliação de 13% para 18% dos recursos destinados à educação represente um avanço em relação à atual situação, a vinculação de 50% desses recursos ao ensino fundamental deixa para os demais níveis, inclusive para o pré-escolar, que passa a ser obrigação do Estado, um total de 9%.

“Com isso” — explica — “as universidades federais que recebem atualmente do Ministério da Educação 70% do orçamento referente à emenda João Calmon, o que representa mais de 9% do orçamento, vão ter seus recursos reduzidos. No quadro existente isso significaria, sem dúvida, o colapso”.

Continuando, o presidente do Conselho de Reitores acrescentou que, além disso, com a tendência já clara

na Constituinte de reduzir, em benefício dos estados e municípios, as receitas atribuídas ao Governo Federal, principal responsável pelo ensino de 3º grau, os recursos da União consignados à educação, embora formalmente aumentados para 18%, equivaleriam, na realidade, aos 13% já destinados pela atual legislação.

“Com a vinculação de 50% ao ensino fundamental — acrescenta — sobraria para o ensino superior cerca de 5%, ou seja, 4% a menos do que as universidades, recebem atualmente”.

Particulares

De acordo com o professor Rodolfo Pinto da Luz, os problemas seriam ainda mais agravados com a proibição da transferência de verbas públicas para as escolas consideradas como comunitárias ou confessionais, que não objetivam lucro e do conhecimento público, passando por sérias dificuldades.

“Isso provocaria, sem dúvida” — continua — “um aumento geral das anuidades, o crescimento da demanda nas instituições oficiais e pressões incontroláveis para a federalização de várias entidades de ensino superior, com sérias consequências sobre a qualidade do ensino”. Quanto a este aspecto, o presidente do Crub fez questão de destacar a contradição da proposta aprovada que, ao mesmo tempo em que proíbe a alocação de recursos oficiais a entidades de ensino que funcionam sem objetivo de lucro, determina, taxativamente, a ajuda oficial a empresas editoras particulares.

Para o presidente do Conselho de Reitores, finalmente, a proposta aprovada pela Subcomissão de Educação apresenta, ainda, vários outros inconvenientes e absurdos, como, por exemplo, quando proíbe a cobrança de taxas nas escolas públicas e trata da autonomia universitária.